

NA

6892 20 Out. 2014



Ordem dos Engenheiros - Região Norte Delegação de Braga		
Registo n.º	Data	Ass.
773	23/10/14	<i>[Signature]</i>

ORDEM DOS ENGENHEIROS	
CDN	5111 2014
N.º de entrada	1166

A Comissão Executiva
Para apreciação e parecer

[Signature] 28/11/2014
Bastonário

REQUERIMENTO PARA OUTORGA DO TÍTULO DE ESPECIALISTA

Exmo. Senhor Bastonário da
ORDEM DOS ENGENHEIROS
Av. António Augusto de Aguiar, N.º 3-D
1069-030 LISBOA

[Signature]
danca
P6I/Sig
Penino

Nome Paulo Jorge Pinto Lopes Alves

Residente em Rua Padre Vitorino de Sousa Alves, N.º 13, 4715-398 Braga

Telm. 914 915 922 Telef. (serviço) 253 260 647 Fax 253 260 647

Email pja.alves@gmail.com Data de nascimento 20/04/1966

diplomado em Engenharia Civil por Universidade do Minho
com a Classificação final de 13 valores, no ano de 1990, membro
efectivo da Ordem dos Engenheiros n.º 24752, com o nível de qualificação
profissional Sénior, vem requerer que lhe seja outorgado o título
de Engenheiro Especialista em Direção e Gestão da Construção.

Para o efeito junta a seguinte documentação:

- Curriculum vitae segundo o modelo europeu ou formato similar, com suficiente detalhe nas componentes escolar e profissional;
- Elementos para apreciação da candidatura constituídos por:
 - resumo de actividade profissional demonstrativa de pelo menos dez anos de exercício na área da especialização e relevante para salientar o mérito profissional, tanto pelos trabalhos realizados de natureza profissional técnica e/ou científica, como pelas responsabilidades assumidas;
 - documentação de trabalhos profissionais, técnicos e/ou científicos efectuados ou orientados pelo candidato, que relevem para a atribuição do título.
- Outros elementos que considere com interesse para a atribuição do título.

Braga, 23 de Outubro de 2014

[Signature]
(assinatura)

NOTA: Após despacho pretendo:

Reaver trabalhos ☐ Não reaver trabalhos: ☒

Mod. Esp2009



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

EXMO. SENHOR
ENG. PAULO JORGE PINTO LOPES ALVES
RUA PADRE VITORINO DE SOUSA ALVES,
N.º 13
4715-398 BRAGA

Nº 95/SC Lisboa, 06 de fevereiro de 2015
Pº 5.1.3

Assunto: Candidatura à outorga do título de Especialista em Direção e Gestão da Construção.

Exmo. Senhor
Eng. Paulo Lopes Alves

Relativamente à candidatura em epígrafe, a Comissão Executiva da Especialização procedeu à apreciação dos elementos curriculares disponíveis e emitiu parecer desfavorável.

Na apreciação do processo, foi reconhecido o seu percurso profissional, quanto aos conhecimentos na área da Especialização.

Foi considerado no entanto, que esse percurso se revela insuficiente para a atribuição do Título de Especialista.

Transcrevo os Critérios de Avaliação, as Conclusões e o teor da Decisão Final da avaliação realizada pela Comissão Executiva da Especialização:

Critérios de Avaliação

"Por aplicação dos critérios de avaliação obtêm-se a classificação de 53,50%.

- a) *Valor profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares – peso 25% (análise curricular) – $25\% \times 60\% = 15,00\%$*
- b) *Relevância das funções desempenhadas na área da especialização – peso 25% (responsabilidade das funções) – $30\% \times 70\% = 21,00\%$*
- c) *Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização – peso 15% (documentação comprovativa) – $15\% \times 50\% = 7,5\%$*
- d) *Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas – peso 10% (documentação comprovativa) – $10\% \times 30\% = 3,0\%$*



ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

- e) *Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização – peso 10% (documentação comprovativa) – $10\% \times 0\% = 0\%$*
- f) *Experiência como formador – peso 5% (experiência comprovada) – $5\% \times 70\% = 3,50\%$*
- g) *Conteúdo e organização da documentação entregue – peso 5% (apreciação qualitativa) – $5\% \times 70\% = 3,5\%$*

Conclusões

O candidato possui uma experiência profissional de 24 anos tendo desempenhado funções de direção em empresas de pequena e média dimensão, ligadas à construção civil.

Apesar de apresentar no currículo, entre 2000 e 2011, algumas obras nas áreas residencial, comercial e turística de valores elevados (apresenta neste período seis projetos cujos valores variam entre os € 3.800.000 e os € 26.000.00), após 2011 apresenta apenas, como atividade ligada à especialização, o acompanhamento e Fiscalização de uma moradia em Viana do Castelo (2012 a 2013).

O candidato, a partir de 2011, parece ter direcionado a sua atividade para a área da avaliação imobiliária, rústica e de perícias técnicas a edifícios, passando a ter uma atuação residual na área desta especialização.

O somatório da valorização dos critérios de avaliação do processo de candidatura, de acordo com os procedimentos da Especialização, é inferior a 65%.

Decisão da Comissão

*A Comissão deliberou, em reunião de 14 de janeiro de 2015, emitir parecer **desfavorável** à atribuição do título de “Especialista em Direção e Gestão da Construção” ao Eng. Paulo Jorge Pinto Lopes Alves.*

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Lisboa, 14 de janeiro de 2015”

Informo, finalmente, que, nos termos estabelecidos no número 9 do artigo 9º do Regulamento das Especializações, pode recorrer para o Conselho Diretivo Nacional no prazo de 30 dias, dirigindo recurso fundamentado ao Senhor Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

Com os melhores cumprimentos

Carlos Loureiro
Vice-Presidente Nacional

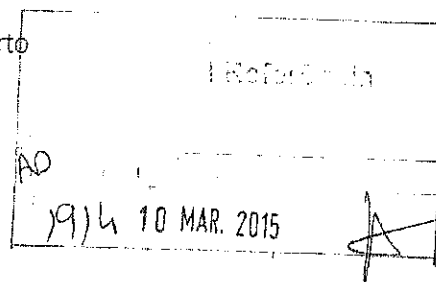
AF/gb

Exmo. Senhor

Presidente do Conselho Diretivo da
Região Norte da Ordem dos Engenheiros

Rua Rodrigues Sampaio, 123

4000 – 425 Porto



Data: 5 de março de 2015

Assunto: *Decisão do respeitante ao proc.º de candidatura à outorga do título de Especialista em Gestão da Construção e apresentação do Recurso dirigido ao Bastonário / Eng.º Paulo Jorge Pinto Lopes Alves – Membro Sénior com o n.º 24752*

Exmo. Senhor Presidente, Eng.º Fernando Manuel de Almeida Santos

Na sequência da decisão desfavorável à outorga do título de Especialista pela Comissão Executiva da referida Especialização, venho por este meio dar-lhe conhecimento do meu descontentamento no que respeita à fundamentação de tal decisão. Nessa conformidade e de acordo com o n.º 9 do Artigo 9º do Regulamento das Especializações, apresento a V. Ex.ª o Recurso endereçado ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

Sem outro assunto, apresento os melhores cumprimentos,

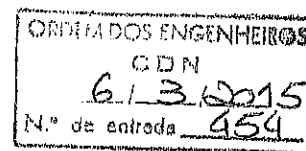
A handwritten signature, appearing to be "P. Alves", written over a horizontal line.

Paulo Alves, Eng.º Civil – Membro Sénior n.º 24752

Em anexo:

- 1) Cópia da decisão da Comissão Executiva da Especialização
- 2) Cópia do recurso endereçado ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Ào Vice - Pres.
Ex. Carlos Francisco - Pres.
Solicitação de solicitação (Proposta de)
Exmo. Senhor
2015-03-13



Bastonário da Ordem dos Engenheiros

Avenida António Augusto de Aguiar, 3 D

1069 – 030 Lisboa

Com conhecimento do Presidente do Conselho Diretivo da Região Norte da Ordem dos Engenheiros

Paulo Jorge Pinto Lopes Alves, Engenheiro Civil Sénior com a Cédula Profissional n.º 24752 com domicílio na Rua Padre Vitorino de Sousa Alves, n.º 13, em Braga,

Vem, em razão da decisão da Comissão Executiva da Especialização para outorga do título de especialista em "Direção e Gestão da Construção" recebida no pretérito dia 9 de fevereiro de 2015, nos termos estabelecidos no n.º 9 do Artigo 9º do Regulamento das Especializações, apresentar,

Recurso da decisão

Nos termos e com os seguintes fundamentos:

1 – O Recorrente não aceita (não concorda) com a deliberação da Comissão Executiva da Especialização com base nas conclusões que pouco dignificam o exercício da Engenharia em Portugal;

2 – A experiência profissional de 24 anos em funções de direção de obras não pode ser aferida pela dimensão da pequena, média ou grande empresa, mas sim pelo desempenho da atividade desenvolvida pelo Engenheiro ao longo de todo o seu percurso profissional, cujo *curriculum* é bem demonstrativo das obras realizadas ao serviço das mais variadas entidades, designadamente Públicas, Particulares, Instituições Sociais e Religiosas, e em áreas de alguma complexidade na reabilitação e recuperação do património arquitetónico classificado;

- 3 – A valorização profissional e relevância das funções desempenhadas pelo Engenheiro não se medem pela dimensão da empresa;
- 4 – É depreciativa a avaliação do Candidato Recorrente no período entre 2000 e 2011, de *"algumas obras nas áreas residencial, comercial e turística de valores elevados"*. Se por um lado a empresa é de pequena e média dimensão, por outro os valores elevados traduzem o reconhecimento e responsabilidade atribuídos ao Engenheiro no exercício das suas funções. Não se tratam apenas de seis projetos mas sim de um conjunto de projetos significativos (neste período) e agrupados por localização geográfica (11 edifícios em altura constituídos por blocos de apartamentos e comércio, 54 moradias em banda, 198 frações residenciais turísticas, áreas comerciais e infraestruturas de loteamentos);
- 5 – Os ilustres membros da Comissão Executiva da Especialização referem que o Candidato Recorrente, a partir de 2011, direcionou a sua atividade para as áreas *"da avaliação imobiliária, rústicas e de perícias técnicas a edifícios, passando a ter uma atuação residual na área desta especialização"*. Ora, para conhecimento dos ilustres membros, neste período o Recorrente encontra-se em Portugal, num dos piores períodos da nossa história no que respeita ao setor da atividade da construção, inclusive numa condição que jamais lhe passaria pelos piores cenários, o desemprego (setembro de 2011);
- 6 – Face ao flagelo do desemprego associado às precárias condições que "as grandes empresas" oferecem e que em nada dignificam o exercício da atividade da engenharia em Portugal, o Recorrente apostou na criação do seu próprio emprego. A grande versatilidade, experiência e saber que o Recorrente detém, proporcionadas ao longo destes 24 anos, permitiu que o Candidato direcionasse a sua atividade para as oportunidades que o mercado nacional tem para oferecer na atual conjuntura;
- 7 – O Recorrente nega-se a ser mais um a fazer parte da elevada descapitalização técnica e altamente qualificada que tantos serviu e prestigiou o país ao serviço da Engenharia (75 anos da Ordem dos Engenheiros 1936-2011);
- 8 – Mais uma vez entende essa Comissão depreciar ou apelar de residual a atividade de fiscalização de uma moradia em Viana do Castelo. Estamos a falar de uma micro empresa e de uma obra com parâmetros de projeto não tradicionais (elementos de pré-esforço) e geometria não regular. Tanto assim é, que o próprio projeto foi objeto de várias publicações

internacionais de arquitetura, com referência à equipa de projeto (Branco Cavaleiro, Arquitetos) e à fiscalização;

9 – A atividade de perícias judiciais e extras judiciais não é assim tão residual como os membros da Comissão referem. Em muitos casos tratam-se de perícias relacionadas com as edificações e avaliação da sua condição física e estado de execução. Por razões óbvias, não foram reveladas documentalmente tais perícias. O ponto 8 do Artigo 9º prevê que nas fases mencionadas nos pontos 4 e 5 anteriores ao referido Artigo, poderão ser requeridas aos candidatos informações complementares se tal for considerado necessário para uma correta apreciação da candidatura, até em prol do plano das atividades descrito para o triénio de 2013 a 2016, e que se transcreve:

- a) *Prestigiar a especialização;*
- b) *Divulgar e promover a especialização;*
- c) *Valorizar as competências dos especialistas;*
- d) *Incentivar, utilizar e partilhar o conhecimento;*
- e) *Crescer através do aumento dos seus membros e do seu envolvimento;*
- f) *Contribuir para o reconhecimento civil da especialização*

Segue agora em anexo declaração abonatória de entidade idónea onde é referido o enquadramento das perícias e sua complexidade no âmbito da construção. Também se anexa declaração abonatória de entidade idónea na área comprovando a responsabilidade atribuída ao vogal da Mesa Gerente da Irmandade de Santa Cruz, instituição secular desta ilustre cidade, nas áreas da manutenção, reabilitação e conservação de todo o património edificado (também referenciado no *curriculum* do candidato).

11 – Quanto aos critérios de avaliação, os valores atribuídos estão limitados a uma grelha avaliatória com o máximo de 70% em cada item, contrariando o Plano de Atividades e reconhecimento do mérito do Candidato Recorrente, desprestigiando desta forma a referida "Especialização";

12 – Senão vejamos,

- a) Valor profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares – peso 25%



- (análise curricular) – Pela sua experiência e responsabilidade no exercício de funções diretamente ligadas à construção no período de 24 anos não se compreende como a Comissão apenas atribui o valor correspondente a 60%, quando deveria corresponder a 100%;
- b) Relevância das funções desempenhas na área da especialização – peso 30%
(responsabilidade das funções) – Atendendo às responsabilidades de direção de obra e direção de produção, o valor atribuído deveria corresponder ao máximo da pontuação, isto é, 100% e não limitado a 70%;
- c) Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização – peso 15% (documentação comprovativa) – O recorrente não detendo nenhum mestrado na área da gestão da construção, apresenta documentação comprovativa de ações de formação e especialização académicas em áreas relacionadas com a gestão da construção, não se opondo à pontuação atribuída, ou seja, 50%;
- d) Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas – peso 10%
(documentação comprovativa) – A documentação comprovativa não representa o número de inscrições em organizações científicas e técnicas subordinadas ao tema da gestão da construção. Apenas junta alguma da documentação encontrada em participações / colóquios que em bom rigor não representam a totalidade das participações assíduas em sessões técnicas organizadas nos certames Nacionais e Internacionais ligadas ao setor da construção, pelo que o valor atribuído deveria corresponder pelo menos a 50%. A documentação comprovativa na inscrição e participação nestes certames não pode ser atualmente comprovada por entidade idónea (entidade patronal da qual o Candidato desenvolvia as suas funções – atualmente insolvente para liquidação);
- e) Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização – peso 10 %
(Documentação comprovativa) – Apesar do Candidato Recorrente não apresentar documentação que comprove publicações Técnicas ou Científicas, este participou na organização, supervisão e acompanhamento de relatórios de estágios submetidos à Ordem dos Engenheiros para Outorga de Membros Efetivos. Essa documentação estará nos arquivos da Ordem dos Engenheiros, a qual, facilmente será acedida pelos digníssimos Membros da Comissão Executiva da Especialização – Eng.º José Abílio

Silva Menezes (membro n.º 037639) / Eng.º Joaquim Antunes de Oliveira (membro n.º 044657) / Eng.º João Paulo Vieira Martins (membro n.º 058418). Assim, e de acordo com a orientação empreendida às publicações referidas, o Recorrente entende que a pontuação a atribuir a este parâmetro deveria ser no mínimo de 70%;

f) Experiência como formador – peso 5%

(Experiência comprovada) – Com as declarações das horas de formação ministradas e apresentadas, respeitantes às várias Instituições públicas, particulares e empresariais, não restam quaisquer dúvidas quanto à formação ministrada pelo Candidato (mais de 600 horas de formação e 3 anos de exercício de docência ao serviço do Ministério da Educação e na Escola Profissional de Braga, em áreas ligadas à construção) e que deveria corresponder à pontuação máxima de 100%;

g) Conteúdo e organização da documentação entregue – peso 5%

(apreciação qualitativa) – A organização, a ilustração, o conteúdo, a formatação e a apresentação da documentação entregue individualizada em três volumes encadernados é avaliada apenas em 70%, não se percebendo qual o formato para o qual a ilustre Comissão Executiva possa atribuir a pontuação máxima de 100%, ou o referido Regulamento da Especialização;

NESTES TERMOS:

REQUER muito respeitosamente a V. Ex.^a que se digne analisar a presente peça processual e assim:

- 1) Alterar a classificação de 53,50% para 84,50% por aplicação dos critérios de avaliação assentes nos pontos 1 a 12 da presente Reclamação:

Item	Peso	Pontuação	Total
a) Valor profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares	25%	100%	25,00 %
b) Relevância das funções desempenhas na área da especialização	30%	100%	30,00 %

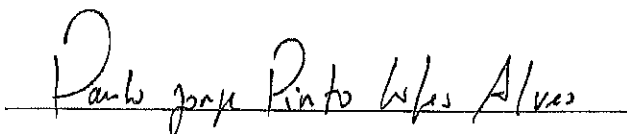
c) Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização	15%	50%	7,50 %
d) Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas	10%	50%	5,00 %
e) Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização	10%	70%	7,00 %
f) Experiência como formador	5%	100%	5,00 %
g) Conteúdo e organização da documentação entregue	5%	100%	5,00 %
TOTAL			84,50 %

Em anexo:

- 1) Declaração abonatória de entidade idónea – Perícias judiciais
- 2) Declaração abonatória de entidade idónea – Irmandade de Santa Cruz
- 3) Cópia da decisão da Comissão Executiva da Especialização

Braga, 5 de março de 2015

Pede Deferimento,



(Paulo Jorge Pinto Lopes Alves, Eng.º Civil Sénior n.º 24752)

DECLARAÇÃO

Luís Rufo - Advogado, com domicílio profissional na rua Dr. Francisco Duarte, n.ºs 106/110 - 1º andar - salas 9/10/11, em Braga, declara para os devidos efeitos que o Eng.º Paulo Jorge Pinto Lopes Alves, tem colaborado com este Escritório de Advogados com habitualidade na realização de perícias judiciais e extrajudiciais em áreas ligadas à gestão da construção e avaliações patrimoniais, algumas das quais de elevada complexidade e vultuosas em termos financeiros demonstrando grande sentido de responsabilidade e competências no exercício da sua profissão de Engenheiro Civil.

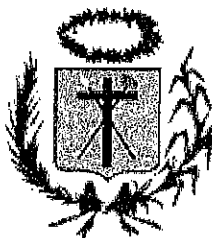
Braga, 3 de Março de 2015



Luís Rufo

LUÍS RUFO
ADVOGADO

C.F.N.º 110 775 333
R. Dr. Francisco Duarte, 106-110 - 1.º Salas 9/10/11
Tel.: 253 204 190/8 Fax: 253 204 199
4710 - 379 Braga



DECLARAÇÃO

A Irmandade de Santa Cruz, representada pelo seu Provedor, Luís Manuel Rodrigues Gonçalves Rufo, **declara para os devidos efeitos** que o membro Vogal, Eng.º Paulo Jorge Pinto Lopes Alves, tem como principais responsabilidades (solidariamente com os restantes membros da Mesa Gerente) a Gestão da Manutenção, Conservação e Reabilitação de todo o património edificado desta Irmandade.

Mais se declara que o Eng.º Paulo Alves supervisiona todas as obras levadas a cabo por esta Instituição, assim como elabora os correspondentes Cadernos de Encargos, fiscaliza o respectivo andamento de obra, bem como o controle de execução, sendo credor do sentido de responsabilidade isenção e probidade pessoal e profissional que nos apraz registar e que é credora dos maiores encómos.

Braga, 3 de Março de 2015

O Provedor



Luís Rufo





COMISSÃO EXECUTIVA DA ESPECIALIZAÇÃO EM
“DIRECÇÃO E GESTÃO DA CONSTRUÇÃO”

Avaliação da Candidatura ao título de Especialista

Eng. Paulo Jorge Pinto Lopes Alves

Nova avaliação com base no recurso do candidato, enviado através de carta datada de 5 de Março de 2015, recebida na Ordem dos Engenheiros em 6 de Março de 2015, com o nº de entrada 454, e respectivos anexos (Declaração abonatória de entidade idónea – Perícias judiciais, e Declaração abonatória de entidade idónea – Irmandade de Santa Cruz)

Membro efectivo nº 24.752, com o nível de qualificação profissional de SÉNIOR

Candidatura inicial – Nº de entrada - 1.166, de 5 de Novembro de 2014

A candidatura foi instruída, com os seguintes elementos:

- Curriculum Profissional;
- Currículo escolar;
- Resumo da actividade profissional;
- Cópias de vários certificados (formação complementar, seminários, sessões técnicas e outros).

Recurso – Nº de entrada – 454, de 6 de Março de 2015

O recurso foi instruído com os seguintes elementos:

- Carta de recurso, datada de 5 de Março de 2015;
- Anexos à carta:
 - Declaração abonatória de entidade idónea – Perícias judiciais, e
 - Declaração abonatória de entidade idónea – Irmandade de Santa Cruz.

Filiação Profissional

Membro Sênior da Ordem dos Engenheiros;

Curriculum Profissional

1990 – Estágio profissional

Em 1991 – Fernandes & Fernandes, Lda. – Director Técnico

Principais obras: Não indica.

De 1991 a 2000 – Sá Machado & Filhos, SA – Direcção de Obras e Orçamentação

Principais obras:

Centro de Formação em Soutelo (1991/1992) – Valor: Não indica;

Construção do Lar e Centro de Dia das Parretas, Braga – Valor: € 380.000;

Arranjos exteriores do Campo de Azurém da Univ. do Minho - Valor: Não indica;

Remodelação do Edifício dos Paços do Concelho de Terras de Bouro - Valor: Não indica;

Reconstrução e Beneficiação do Edifício da Casa da Sorte, em Braga – Valor: € 375.000;

Construção de um Edifício para Ensino Básico – Valor: € 250.000;

Construção da Piscina Pré-escolar de Vila de Prado - Valor: € 540.000;

Remodelação e Recuperação das Alas Centrais do Seminário de S. Tiago, em Braga – Valor: € 1.650.000 (duas empreitadas);

Construção das Piscinas Municipais de Parretas, para a C M Braga - Valor: € 635.000;

Construção do Centro de Emprego de Chaves - Valor: € 580.000;

Construção do Centro de Emprego da Maia- Valor: € 730.000;

Construção do Quartel dos Bombeiros de Vila Verde - Valor: € 900.000;

Construção da Escola Pré-primária e Primária da Quinta da Veiga - Valor: € 560.000;

Remodelação da Biblioteca, Museu Pio XII e Casa Sacerdotal - Valor: € 370.000;

Construção do Centro Comunitário dos Arcos de Valdevez - Valor: € 1.100.000;

De 2000 a 2011 – Duarte & Filhos, SA – Director de Produção

Principais obras:

Construção de um conjunto habitacional e comercial, de 113 fracções - Valor: € 16.000.000;

Construção de um conjunto habitacional de 28 Moradias - Valor: € 6.900.000;

Construção de um conjunto habitacional e comercial, de 52 fracções - Valor: € 8.000.000;
Construção de um conjunto habitacional e comercial, de 80 fracções - Valor: € 12.500.000;
Construção de um conjunto habitacional de 25 Moradias - Valor: € 3.800.000;
Construção de um aldeamento Turístico em Albufeira (Eden Resort), constituído por 198 fracções - Valor: € 26.000.000;

De 2012 até à data – Paulo Alves – Engenharia e Consultoria Unipessoal, Lda.

Principais obras:

Acompanhamento e Fiscalização de uma moradia em Viana do Castelo (2012 a 2013) – Valor: Não indica;

Formação Académica

Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade do Minho - (1990).

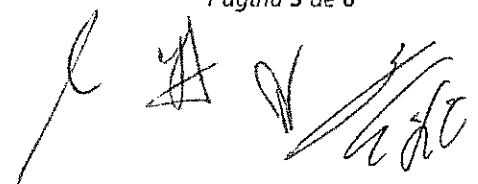
Formação e Valorização Profissional Complementar (Diplomas obtidos e formações em que participou – apresenta cópia de diplomas e declarações)

- Perito Especialista em Avaliação da Propriedade Rústica – 2013⁽¹⁾;
- Perito Especialista em Avaliação Imobiliária – 2013⁽¹⁾;
- Curso de Avaliação Imobiliária – 2012 ⁽¹⁾;
- Formação Contínua de Formadores – 2010⁽¹⁾;
- Curso de Auditorias à Segurança e Higiene – 2005;
- Formação Contínua de Formadores – 2004⁽¹⁾;
- Liderança para Quadros – 2003;
- Técnicas de Negociação e Gestão de Conflitos – 2003;
- Auditorias Internas da Qualidade – 2003;
- Sensibilização Ambiental – 2003⁽¹⁾;
- Auditorias da Qualidade Internas – 2001;
- Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional – 2001;
- A Revisão da série de Normas ISO 9000:2000;
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores – IEFP- 1998⁽¹⁾;
- Projectista de Redes de Gás – 1992⁽¹⁾;

Nota (1) – Relação despendida com a Especialização.

Experiência como formador / palestrante

- Ministrou Formação Interna, na Área do Planeamento, Gestão de Obras, Métodos e



- Técnicas Construtivas, Qualidade e Segurança, entre outras – Duarte & Filhos, SA – Período de 2000 a 2011;
- Formador nas áreas do Curso de Medidor Orçamentista – Instituto de Emprego e Formação Profissional – 1998 a 2000;
 - Formador do Curso de Segurança na Construção – Associação Industrial do Minho – 1999;
 - Formador do Curso de Desenho Assistido por Computador - Associação Industrial do Minho – 1992 e 1993;

Trabalhos Profissionais apresentados com relevância na especialização

Não apresenta trabalhos.

CrITÉRIOS de Avaliação

Por aplicação dos critérios de avaliação obtêm-se a classificação de 53,50 %.

- a) Valor Profissional, científico e/ou técnico dos elementos curriculares – **peso 25%**
(análise curricular) - $25\% \times 60\% = 15,00\%$
- b) Relevância das funções desempenhadas na área da especialização – **peso 25%**
(responsabilidade das funções) - $30\% \times 70\% = 21,00\%$
- c) Conhecimentos complementares, nomeadamente de ordem académica, na área da especialização – **peso 15%** (documentação comprovativa) - $15\% \times 50\% = 7,5\%$
- d) Inscrição e participação em organizações científicas e técnicas – **peso 10%**
(documentação comprovativa) - $10\% \times 30\% = 3,0\%$
- e) Trabalhos Técnicos ou Científicos na área da especialização – **peso 10%**
(documentação comprovativa) - $10\% \times 0\% = 0\%$
- f) Experiência como formador - **peso 5%** (experiência comprovada) - $5\% \times 70\% = 3,50\%$
- g) Conteúdo e organização da documentação entregue – **peso 5%** (apreciação qualitativa) - $5\% \times 70\% = 3,5\%$

Conclusões

Analisado o recurso apresentado pelo candidato releva-se que:

1 – O candidato começa por afirmar que *“não aceita (não concorda) com a deliberação da Comissão, com base nas conclusões que pouco dignificam o exercício da Engenharia em Portugal.”*

Não entende a Comissão qual a relação entre uma decisão fundamentada, em critérios utilizados por esta Comissão, há vários anos e aprovados pelo CDN da OE, que o candidato naturalmente discorda e a dignificação da Engenharia em Portugal.

2 – A Comissão considera que, apesar dos 24 anos de experiência profissional do candidato, os elementos apresentados, incluindo os apensos ao actual Pedido de Recurso, não permitem demonstrar conhecimento, envolvimento e competência profissional na área específica da Direcção e Gestão da Construção, necessários à atribuição do título de Especialista.

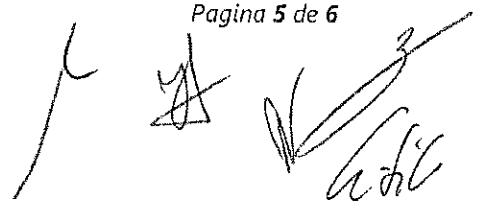
3 – A actividade de perícias judiciais e extra judiciais, com as suas particularidades e complexidade próprias, é uma actividade que não se enquadra nas características da Especialização em Direcção e Gestão da Construção, pois ocorre noutro âmbito e apesar de ligada à Construção, pouco ou nada tem a ver com a Direcção e Gestão da mesma. Regista-se que o candidato, a partir de 2011, parece ter direccionado a sua actividade para a área da avaliação imobiliária, rústica e de perícias técnicas a edifícios, passando a ter uma actuação residual na área desta especialização ou seja nas componentes de Direcção e Gestão da Construção.

Regista-se, a título de exemplo, que a actividade de projeto, por mais complexa que seja (pontes, estradas, barragens, portos, edifícios e tantas outras), não se enquadra no âmbito desta Especialização, existindo outras mais adequadas ao seu enquadramento.

Quanto à actividade no âmbito da sua qualidade de Vogal, na Irmandade de Santa Cruz, em que o candidato *“tem como principais responsabilidades (solidariamente comos restantes membros da Mesa Gerente) a Gestão da Manutenção, Conservação e Reabilitação de todo o património edificado desta Irmandade”* (sic), tendo em conta que o Orçamento da Irmandade de Santa Cruz, aprovado para o ano de 2015, é da ordem dos dois milhões de euros (in Correio do Minho, de 11 de Novembro de 2014), distribuído por lares creches e outras actividades, somos levados a concluir que as actividades relacionadas com as referidas obras, de Gestão da Manutenção, Conservação e Reabilitação de todo o património edificado desta Irmandade, terão dimensão e valores reduzidos.

Na sua carta, o candidato leva a cabo um “exercício” de auto avaliação.

Começa, por “corrigir” os coeficientes atribuídos por esta Comissão, sendo certo que ignora os critérios que, há cerca de cinco anos, esta e a anterior comissão utilizam na avaliação das dezenas de candidaturas apresentadas desde 2010.



Na sua auto avaliação o candidato atribui, nas alíneas a); b); f) e g) um valor de 100%, valor esse que a Comissão reserva para situações de excepcional relevância, que não é o caso vertente.

Nas restantes alíneas propõe os valores de; c) = 50%; d) = 50% e e) = 70%.

Aceita, deste modo, o valor atribuído pela Comissão na alínea c) e corrige, para cima, os valores das alíneas d) e e), às quais a Comissão atribuiu respectivamente 30% e 0%, dado que, nesta última, o candidato não apresentou qualquer comprovativo de "Trabalhos Profissionais apresentados com relevância na Especialização", sendo certo que "a organização, supervisão e acompanhamento de relatórios de estágio submetidos à Ordem dos Engenheiros para Outorga de Membros Efectivos" referidos pelo candidato, não se insere nos objectivos da alínea e).

A Comissão não entende a lógica que levou o candidato a atribuir, na alínea e) um valor de 70%, face à total ausência, mesmo neste recurso, de qualquer evidência (não existe documentação comprovativa), sendo certo que na ausência da apresentação de documentação comprovativa tem sido sempre atribuído 0%, nesta alínea, aos candidatos a especialistas.

4 – Na carta enviada, seis páginas, o candidato apresenta poucos factos novos, que já não estivessem apontados na candidatura inicial, limitando-se a expressar opiniões pessoais sobre os méritos da sua actividade profissional.

Face aos argumentos apresentados pelo candidato e depois de analisados os dois anexos que juntou, não encontra a Comissão motivo para alterar a sua anterior apreciação.

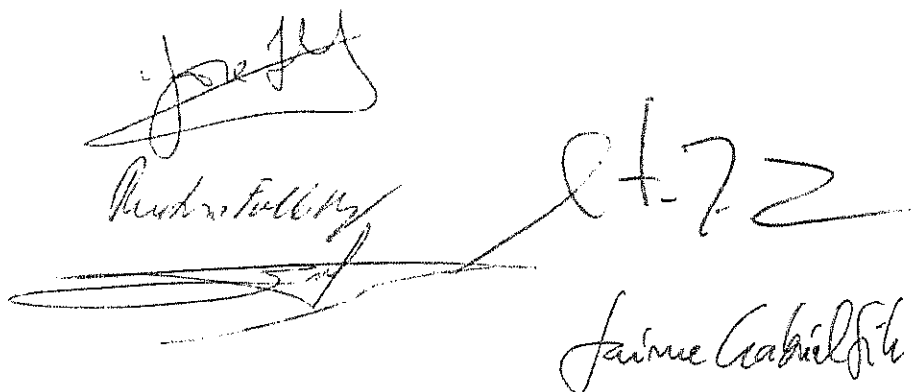
O somatório da valorização dos critérios avaliação do processo de candidatura, de acordo com os procedimentos da Especialização, é inferior a 65 %.

Decisão da Comissão

A Comissão deliberou, em reunião de 13 de Maio de 2015, manter o parecer "desfavorável" à atribuição do título de **Especialista em Direcção e Gestão da Construção** ao Eng. Paulo Jorge Pinto Lopes Alves.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Lisboa, 13 de Maio de 2015



No recurso em questão, o Excmo. Sr.
Jorge Lopes Alves vem referir que a
classificação que resultou sobre a sua
condição seja alterada de 53,50%
para 84,50%, convertendo a gratifi-
cação da Comissão Executiva de Especia-
lização em resultado favorável.

Em anexo ao recurso, foram enviados
3 documentos adicionais.

No texto, o pedido é fundamentado
na formulação de juízos objetivos
de suporte a uma valorização diferen-
ciada.

No parecerista é um proceder a ser
que foram considerados os elementos que
conhecidos, a Comissão Executiva delibrou
recente a classificação inicialmente
estabelecida.

Não existindo incidência em matéria
de título legal, regulamentar ou procedi-
mental, determina o envio ao CAQ,
para apreciação e posterior envio ao
CDN.

Lx, 21 de maio de 2015

Car. f. L.